Hora da verdade

As alternativas são claras e não vão permitir evasivas. O país terá que decidir em que medida vai se engajar na APPC

ROBÉRIO SILVA



O café foi um dos primeiros setores a serem atingidos pelo fenômeno da globalização da economia. Em julho de 1989, caíram as cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café e em março do ano seguine foi extinto o Instituto Brasileiro do Café. Esses dois fatos marcaram de maneira indelével a operação de todos os envolvidos na cadeia do café nos anos 90.

Os postulados de mercado passaram a imperar com toda força e, mesmo a partir de setembro de 1993, quando os países produtores de café decidiram criar a APPC e lançaram o Plano de Retenção, todos tínhamos bem claro que deveríamos orientar todo o nosso trabalho para a liberalização do setor cafeeiro. A idéia era reforçar o livre mercado para permitir que seus benefícios pudessem ser auferidos pelos produtores.

Os produtores que sobreviveram ao difícil período de 1989 a 1993 estão hoje em situação muito melhor em termos de competitividade. Aprenderam tudo sobre custos de produção, diminuíram esses custos, aumentaram sua produtividade e principalmente entenderam que não basta produzir bem, é necessário comercializar de maneira ordenada, com uma visão do que se passa nos outros mercados, especialmente no mercado financeiro.

De modo geral, os produtores estão à vontade nesse novo ambiente econômico – desde que os preços estejam em um patamar razoável. Basta o mercado começar a cair e a reação imediata é pressionar os governos para que intervenham no setor.

Daí a importância de um mecanismo estabilizador de preços que, com o mercado livre, somente pode ser viabilizado através da coordenação entre os países produtores, ainda assim dentro de limites bastante estreitos. Esses limites são dados de um lado pela globalização da economia e, de outro, pela dificuldade de se encontrar um denominador comum nas políticas comerciais dos países membros.

Pela primeira vez nos anos 90, neste ano cafeeiro 1998/99, o mundo terá um excedente de café que na APPC estamos estimando em torno de 7 milhões de sacas. O Brasil estará contribuindo significativamente para esse excedente com a recuperação de sua produção. A responsabilidade dos brasileiros na comercialização da presente safra cresce mais que proporcionalmente, pois qualquer descontrole de fluxo terá efeitos deletérios sobre o comportamento dos preços no mercado internacional.

O Conselho Deliberativo da Política do Café já mostrou a que veio, conseguindo integrar governo e setor privado em um trabalho sério e objetivo com relação às estimativas de safra, alocando recursos para pesquisa cafeeira e dando novo rumo às negociações para o finan-



ciamento da cafeicultura. Tudo isso contribuiu para resgatar a credibilidade que o país perdeu quando embarcou em um processo de liberalização radical do setor no início da década.

Esquenta o debate

Nos próximos meses, certamente os debates serão mais ardorosos, na medida em que o Brasil terá que se decidir em que medida se dará seu engajamento na APPC. Com a transição para uma situação de oferta mais abundante, chegou a hora da verdade para os cafeicultores. As alternativas são claras e não vão permitir tergiversações. Na verdade, estamos de volta ao debate entre os arautos do mercado livre e os defensores de algum nível de coordenação no mercado.

Uma entidade de classe do Brasil, que muito respeito e pela qual tenho particular afeição, informou recentemente que "para o segundo semestre de 1998, estamos ajustando a projeção preliminar feita no mês passado, indicando que as exportações brasileiras de café verde deverão se situar no intervalo de 10 a 11 milhões de sacas" e lembrou que "a performance do Brasil nesses últimos meses está devolvendo ao café brasileiro a inequívoca liderança no mundo". Minha única esperança é que essa "liderança inequívoca" seja acompanhada de consistência na oferta de café ao longo do tempo e que ela não implique perda de credibilidade para o Brasil e para a APPC quanto aos compromissos assumidos em Londres.

Os entusiastas do mercado livre difundem a idéia de que, com uma produção maior, o Brasil deve partir para uma política de ganhar *market share*, ou até mesmo comprar market share, abrindo mais os diferenciais e derrubando os preços no mercado internacional. Os que advogam essa alternativa apontam para os baixos custos de produção do Brasil, comparados aos dos demais países produtores e para os benefícios dessa medida a longo prazo. O único problema é que, a longo prazo, como disse Keynes, estaremos todos mortos...

Liderança e credibilidade

Contudo, por mais contraditório que pareça, a maioria dos cafeicultores brasileiros, tal como a percebo hoje, prefere o mercado livre para suas operações mas atribui muita importância à coordenação com os outros países produtores para viabilizar maior estabilidade de preços. Não consideram seus custos de produção tão mais baixos que os dos concorrentes a ponto de justificarem uma guerra de preços com vistas à conquista de mercados. Como se diz em Minas, "devagar com o andor, porque o santo é de barro".

De modo geral, os produtores estão à vontade no novo ambiente econômico – desde que os preços estejam em um patamar razoável. Basta o mercado começar a cair e a reação imediata é pressionar os governos para que intervenham no setor.

A definição do pensamento de uma maioria nos daria uma primeira indicação do que pode representar o engajamento do Brasil na APPC. Ocorre que parte dessa maioria, forçando um pouco seu raciocínio, prefere que essa coordenação de mercado se dê mais nos outros países produtores e que o Brasil possa se comprometer com metas de exportação sem ter necessariamente que cumpri-las.

Essa é uma direção muito perigosa. A capacidade da APPC em termos de estabilização do mercado será tanto maior quanto maior for o empenho de cada um dos seus membros em tentar administrar seus fluxos de exportação numa direção acordada com os demais. A operação de nossos acordos é mais difícil, porque sempre tentamos encontrar um nível de consenso que é baseado também na confiança entre todos os participantes.

Na APPC, resistimos à idéia de cotas de exportação, porque trazem consigo uma idéia de imposição e de controle que, além de não nos competirem do ponto de vista prático, pouco sentido fariam no contexto de uma economia globalizada. Por outro lado, temos que tentar compreender as insatisfações e apreensões geradas nos demais países pelo maior país produtor que vem de recuperar seus níveis de produção. Mais que isto, o setor cafeeiro brasileiro precisa entender que o principal fator para que a liderança seja efetiva é a credibilidade. A conquista da credibilidade envolve transparência, toma tempo e exige o entendimento do que se passa além de nossas vontades e aspirações. São estes os custos da liderança, que vão muito além dos volumes embarcados.

Do ponto de vista da condução dos trabalhos na APPC, portanto, é fundamental para todos os envolvidos ter uma visão clara da posição brasileira em termos das possibilidades de equilíbrio do mercado. Numa situação de crise financeira internacional e de especulação desenfreada em todos os mercados, a pior situação é a de indefinição.

O mercado de café, como qualquer outro, vai se estabilizar em torno de certos níveis. Se vamos continuar buscando essa estabilização num nível de preços remunerativo através de metas de exportação, devemos explicitar os mecanismos para um monitoramento – ainda que tímido – dos fluxos de café. Se a maioria considera que é melhor brigar por *market share*, o que não é descartável, dependendo de como se visualizam os interesses do setor, creio que caberia deixar isso bem claro, até mesmo para diminuir a volatilidade do mercado, deixando que ele se estabilize em outro nível.

O CDPC já deu importantes passos para resgatar a credibilidade do setor cafeeiro brasileiro e tenho a firme convicção de que os seus membros serão capazes de bem definir os interesses brasileiros em termos do mercado internacional do café. Nessa área, não cabe o imobilismo.

Robério Silva é secretário-geral da APPC.